LEGAL ALERT

ALTERAÇÕES AO ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS – LEI N.º 43/2018

A Lei n.º 43/2018, de 9 de agosto, introduziu importantes alterações ao Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), destacando-se a introdução de limitações às isenções aplicáveis aos juros de empréstimos, ganhos provenientes de contratos de *swap* e juros de depósitos de instituições financeiras não residentes junto de instituições de crédito residentes (artigos 30.º e 31.º do EBF). Adicionalmente, são alteradas e/ou clarificadas as seguintes disposições: artigos 15.º-A (“Divulgação da utilização de benefícios fiscais”), 19.º A (“Deduções no âmbito de parcerias de títulos de impacto social”), 20.º (Conta poupança reformados) e 29.º (“Serviços financeiros de entidades públicas”), todos do EBF. O referido diploma procede ainda à prorrogação e à revogação de certos benefícios fiscais (cf. os quadros *infra*).

I. A limitação das isenções de IRC aplicáveis no âmbito de operações realizadas entre instituições financeiras relativamente a certos rendimentos auferidos por contrapartes não residentes

Os artigos 30.º e 31.º do EBF são alterados nos termos seguintes:

Artigo do EBF	Benefício fiscal	Alterações – Lei n.º 43/2018, de 9 de agosto
30.º, n.º 1	Isenção dos juros de empréstimos concedidos por instituições financeiras não residentes a instituições de crédito residentes em Portugal e que não sejam imputáveis a estabelecimento estável situado em território português.	As referidas isenções deixam de ser aplicáveis nas seguintes situações: i. Quando os titulares dos rendimentos obtidos sejam entidades residentes em país, território ou região sujeitos a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças prevista no artigo 63.º-D da Lei Geral Tributária; e ii. No caso de titulares de
30.º, n.º 1	Isenção dos ganhos obtidos por instituições financeiras não residentes, decorrentes de operações de <i>swap</i> efetuadas com instituições de crédito residentes em Portugal e que não sejam imputáveis a estabelecimento estável situado em território português.	
30.º, n.º 2	Isenção dos ganhos e juros obtidos por instituições financeiras não residentes e que não sejam imputáveis	

	<p>a estabelecimento estável situado em território português, decorrentes de operações de <i>swap</i> e <i>forwards</i>, incluindo operações conexas com estas, efetuadas com o Estado, atuando através do IGCP, e com o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social (em nome próprio ou em representação de fundos sob sua gestão).</p>	<p>rendimentos que sejam entidades não residentes e sem estabelecimento estável em território português quando detidas, direta ou indiretamente, em mais de 25%, por entidades residentes em Portugal, com exceção de titulares de rendimentos que sejam residentes noutro Estado-Membro da União Europeia ou num Estado-Membro do Espaço Económico Europeu que esteja vinculado a cooperação administrativa no domínio da fiscalidade equivalente à estabelecida no âmbito da União Europeia.</p>
31.º	<p>Isenção dos juros de depósitos a prazo efetuados em estabelecimentos legalmente autorizados a recebê-los por instituições de crédito não residentes.</p>	

II. Benefícios fiscais cuja vigência foi prorrogada até 31 de dezembro de 2019

A Lei n.º 43/2018, de 9 de junho, prorroga a vigência dos seguintes artigos do EBF:

Artigo do EBF	Benefício fiscal	Breve descrição da medida
20.º (*)	Conta poupança-reformados	Isenção de IRS aplicável aos juros das contas poupança-reformados correspondentes à parte do respetivo saldo que não ultrapasse 10 500 EUR.
28.º	Empréstimos externos e rendas de locação de equipamentos importados	Isenção total ou parcial de IRS e IRC aplicável a juros de capitais representativos de empréstimos e de rendas de locação de equipamentos importados não imputáveis a estabelecimento estável situado em território português, de que sejam devedores <i>inter alia</i> o Estado, as regiões autónomas, as autarquias locais e as suas federações ou uniões, incluindo, designadamente, os institutos públicos e as empresas públicas, desde que os credores tenham o respetivo domicílio no estrangeiro.
29.º, n.º 1 (*)	Serviços financeiros de entidades públicas	Delimitação dos ganhos sujeitos a IRC, auferidos pelas entidades a seguir mencionadas quando realizem operações de financiamento a empresas, com recurso a fundos obtidos por empréstimos, com essa finalidade específica, junto de instituições de crédito: <ul style="list-style-type: none"> i. Estado, regiões autónomas, autarquias locais, bem como qualquer dos seus serviços, estabelecimentos e organismos ainda que personalizados (incluindo os institutos públicos e excluindo as entidades públicas com natureza empresarial); ii. Associações e federações de municípios e de freguesias que não exerçam atividades comerciais industriais ou agrícolas; iii. Instituições de segurança social e de previdência a que se referem os artigos 115.º e 126.º da Lei n.º 32/2002, de 20 de dezembro.
29.º, n.º 2 (*)		Delimitação dos ganhos sujeitos a IRC, auferidos pelo Estado, atuando através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, provenientes de aplicações financeiras pela diferença, verificada em cada exercício, entre aqueles rendimentos de capitais e os juros devidos pela remuneração de contas, no âmbito da prestação de serviços equiparados aos da atividade bancária, ao abrigo do artigo 2.º do Regime de Tesouraria do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de junho.
30.º (*)	<i>Swaps</i> e empréstimos de instituições financeiras não residentes	Cf. a descrição da medida bem como das alterações introduzidas pela Lei n.º 43/2018, de 9 de agosto, referidas no ponto I, <i>supra</i> .
31.º (*)	Depósitos de instituições de	Cf. a descrição da medida bem como das alterações introduzidas pela Lei n.º 43/2018, de 9 de agosto,

	créditos não residentes	referidas no ponto I, <i>supra</i> .
51.º, a) (**)		Exclusão de incidência de IRC de 70% dos lucros que resultem exclusivamente da atividade de transporte marítimo.
51.º, b)	Empresas armadoras da marinha mercante nacional	Isenção de Imposto do Selo nas operações de financiamento externo para aquisição de navios, contentores e outros equipamentos para navios, contratados por empresas armadoras da marinha mercante, ainda que essa contratação seja feita através de instituições financeiras nacionais.
52.º	Comissões vitivinícolas regionais	Isenção de IRC, exceto quanto aos rendimentos de capitais, aplicável às comissões vitivinícolas regionais.
53.º	Entidades gestoras de sistemas integrados de gestão de fluxos específicos de resíduos	Isenção de IRC, exceto quanto aos rendimentos de capitais, aplicável às entidades gestoras de sistemas integrados de gestão de fluxos específicos de resíduos, relativamente aos resultados que sejam reinvestidos ou utilizados para a realização dos fins que lhes sejam legalmente atribuídos.
54.º	Coletividades desportivas, de cultura e de recreio	Isenção de IRC aplicável às coletividades desportivas, de cultura e de recreio abrangidas pelo artigo 11.º do Código do IRC, cujo rendimento bruto sujeito (e não isento) a tributação seja igual ou inferior a 7500 EUR; dedução à matéria coletável, até ao limite de 50% da mesma, das importâncias investidas pelos clubes desportivos em novas infra-estruturas, sendo o eventual excesso deduzido até ao final do segundo exercício seguinte ao do investimento.
63.º	Benefício aplicável aos donativos em dinheiro	Dedução à coleta de IRS de donativos em dinheiro não deduzidos como custos, dentro de determinados limites.

* A vigência destes benefícios é prorrogada até 31 de dezembro de 2019, com a nova redação dada pela Lei n.º 43/2018, de 9 de agosto.

** A vigência deste benefício é prorrogada até à entrada em vigor do regime especial de tributação para a atividade de transporte marítimo dos benefícios fiscais e contributivos aplicáveis aos tripulantes, cuja autorização legislativa consta da Lei n.º 42/2018, de 9 de agosto, aprovada no mesmo dia que a Lei n.º 43/2018, de 9 de agosto.

III. Benefícios fiscais revogados

A Lei n.º 43/2018, de 9 de junho, revoga os seguintes artigos do EBF:

Artigo do EBF	Benefício fiscal	Breve descrição
19.º	Criação líquida de emprego	Dedução de um montante correspondente a 150% dos encargos contabilizados como gastos do período de tributação correspondentes à criação líquida de postos de trabalho para jovens e desempregados de longa duração, admitidos com contrato de trabalho por tempo indeterminado.
26.º	Planos de poupança em ações	Isenção de IRC aplicável aos fundos de poupança em ações; tributação, à taxa liberatória de 21,5%, da diferença entre o montante devido no encerramento dos planos de poupança em ações e as importâncias entregues pelo subscritor, sem prejuízo da opção pelo englobamento.
47.º	Prédios de utilidade turística e afetos a turismo de habitação	Isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) aplicável a prédios integrados em empreendimentos a que tenha sido atribuída utilidade turística, bem como a prédios urbanos afetos ao turismo de habitação, por um período de sete anos.
50.º	Parques de estacionamento subterrâneos	Isenção de IMI aplicável aos prédios urbanos afetos exclusivamente a parques de estacionamento subterrâneos públicos, declarados de utilidade municipal.

IV. Entrada em vigor

As alterações introduzidas pela Lei n.º 43/2018, de 9 de agosto, produzem efeitos a partir de 1 de julho de 2018, com exceção da revogação dos benefícios fiscais previstos nos artigos 47.º e 50.º, que produzem efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019.

António Lobo Xavier [+info]

Miguel Cortez Pimentel [+info]

Ana Carrilho Ribeiro [+info]